

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores da

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PINDAMONHANGABA

Pindamonhangaba – SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da **SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PINDAMONHANGABA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelo efeitos dos assuntos mencionados parágrafos abaixo, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PINDAMONHANGABA** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme nota explicativa no. 13, a consultoria jurídica responsável pelos processos administrativos junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo menciona possibilidade de “perda possível” para os processos sobre sua responsabilidade, no entanto orienta constituição de provisão no montante de R\$ 20.266.995. Os referidos processos estão em fase Administrativa e a Administração da Entidade optou em não constituir provisão.

Conforme nota explicativa no. 13, a consultoria jurídica responsável pelos processos trabalhistas e cíveis apresentou relação de processos sobre sua responsabilidade, no entanto não classifica os mesmos por possibilidade de perda “provável, possível e remota”. Nesse sentido impossibilita a Administração avaliar a necessidade de constituição de provisão de contingências e os possíveis efeitos nas Demonstrações financeiras.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A comunicação detalhada dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor, não é requerida a essa entidade, sendo compulsória apenas para as empresas que tem ações, cotas, títulos cotados e registrados em bolsas de valores, ou negociados de acordo com os regulamentos de uma bolsa de valores reconhecida ou órgão equivalente, conforme NBC TA 701 – item 5 do Conselho Federal de Contabilidade.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Conforme NBC TA 700 – item 40(b) é compulsório apenas para as entidades listadas, o fornecimento também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicados de todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

A descrição em nosso relatório de auditoria, dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria, conforme NBC TA 701 – item 5 é compulsório apenas as entidades listadas. A obrigatoriedade desses assuntos às entidades listadas, não são aplicáveis a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2019.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PINDAMONHANGABA

Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em Reais

ATIVO	Nota	2018	2017
CIRCULANTE			
Caixa e equivalente de caixa - sem restrição		34.573	581.799
Caixa e equivalente de caixa - com restrição		30.788	1.234
Aplicações financeiras - sem restrição	03	5.762.977	9.121.840
Aplicações financeiras - com restrição	3.1	3.184.817	2.242.752
Convênios a receber - líquido de provisão	04	3.264.258	2.536.787
Estoques	05	863.483	790.102
Outros ativos circulantes		110.695	126.607
Total do ativo circulante		<u>13.251.591</u>	<u>15.401.121</u>
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Convênios Estaduais a receber	4.1	9.799.246	14.478.228
Investimentos		748	748
Imobilizado	06	15.532.589	15.917.158
Intangível		24.000	24.000
Total do ativo não circulante		<u>25.356.583</u>	<u>30.420.134</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>38.608.174</u>	<u>45.821.255</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PINDAMONHANGABA

Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em Reais

PASSIVO	Nota	2018	2017
CIRCULANTE			
Fornecedores		1.656.475	1.429.627
Obrigações Trabalhistas	07	1.477.402	1.989.495
Obrigações Tributárias	08	159.911	134.152
Honorários médicos a pagar	09	1.264.848	1.148.350
Subvenções e convênios a realizar	14	533.498	129.689
Subvenções governamentais - imobilizado	10	68.600	68.600
Outros passivos circulantes		13.071	52.341
Total do passivo circulante		<u>5.173.805</u>	<u>4.952.254</u>
NÃO CIRCULANTE			
Convênios Estaduais a receber	4.1	9.799.246	14.478.228
Contingências a pagar	13	571.605	338.570
Depósitos Judiciais		(336.320)	(338.320)
Subvenções Governamentais - imobilizado	10	437.871	506.471
Total do passivo não circulante		<u>10.472.402</u>	<u>14.984.949</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio Social		15.038.486	17.685.418
Reserva de Reavaliação		7.923.481	8.198.634
Total do patrimônio líquido		<u>22.961.967</u>	<u>25.884.052</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>38.608.174</u>	<u>45.821.255</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PINDAMONHANGABA

Demonstrações do Resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em Reais

	Nota	2018	2017
RECEITAS			
Serviços Prestados SUS		16.265.106	15.568.918
Serviços Prestados Convênios		8.415.898	6.441.114
Serviços Prestados Prefeitura Municipal		9.653.010	8.653.434
Receita de Sustentável e Pró - Santa Casa	11	630.000	1.350.482
Outras Receitas Serviços Prestados		1.105.039	806.564
Total da receita bruta		36.069.053	32.820.512
(-) Glosas de Convênios diversos		(16.420)	(69.510)
(-) Despesas de Custeio auxílios e subvenções		(4.407.122)	(2.546.890)
(-) Custo dos Serviços Prestados		(37.336.718)	(44.497.239)
Resultado Bruto		(5.691.207)	(14.293.127)
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas Administrativas e Gerais		(2.759.258)	(3.056.468)
Despesas Tributárias		(50.864)	(52.975)
Receitas/Despesas Financeiras Líquidas		483.765	1.860.769
Total despesas operacionais		(2.326.357)	(1.248.674)
Resultado operacional		(8.017.564)	(15.541.801)
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS)			
Auxílio e Subvenções estaduais	11	4.407.122	1.362.772
Auxílios governamentais	11	68.600	50.929
Donativos		320.737	98.538
Mensalidade de irmãos		2.410	2.650
Aluguéis		215.458	71.140
Diversos		107.971	101.456
Receita de trabalho voluntário	17	91.817	91.704
Despesas de trabalho voluntário	17	(91.817)	(91.704)
Despesas Operacionais		(26.819)	(23.902)
Total das receitas/(despesas) operacionais		5.095.479	1.663.583
SUPERAVIT/(DÉFICIT) DO EXERCÍCIO		(2.922.085)	(13.878.218)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PINDAMONHANGABA

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em Reais

	<u>Patrimônio Social</u>	<u>Outras Reservas</u>	<u>Reserva de Reavaliação</u>	<u>Superávit/ (Déficit) Acumulado</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	31.285.597	-	8.476.673	-	39.762.270
Realização de reserva de reavaliação	-	-	(278.039)	278.039	-
Transferência para o patrimônio social	278.039	-	-	(278.039)	-
Déficit do exercício	-	-	-	(13.878.218)	(13.878.218)
Transferência para o patrimônio social	(13.878.218)	-	-	13.878.218	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	17.685.418	-	8.198.634	-	25.884.052
Realização de reserva de reavaliação	-	-	(275.153)	275.153	-
Transferência para o patrimônio social	275.153	-	-	(275.153)	-
Déficit do exercício	-	-	-	(2.922.085)	(2.922.085)
Transferência para o patrimônio social	(2.922.085)	-	-	2.922.085	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	15.038.486	-	7.923.481	-	22.961.967

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PINDAMONHANGABA

Demonstrações do Fluxo de Caixa Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em Reais

	2018	2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit /(déficit) do período	(2.922.085)	(13.878.218)
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	977.151	887.726
(Ganho) / Perda Decorrente da Baixa de Bens do Ativo Imobilizado	342	-
Subvenção para investimento reconhecida	-	-
(Reversão) / Provisão para Contingências	233.035	55.001
Redução /(aumento) no ativo		
Convênios a receber – líquido de provisão	(727.471)	3.061.611
Estoque	(73.381)	255.484
Convênios Estaduais	4.678.982	(14.478.228)
Adiantamentos a fornecedores	-	-
Outros Ativos e em Despesas antecipadas	15.912	22.618
(Redução) /aumento no passivo		
Fornecedores e contas a pagar	343.346	(861.694)
Obrigações Fiscais, Trabalhistas e Sociais	(486.334)	(319.787)
Subvenções a realizar	335.209	(359.460)
Convênios Estaduais	(4.678.982)	14.478.228
Outros passivos	(37.270)	(138.606)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades operacionais	<u>(2.341.546)</u>	<u>(11.275.325)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aumento de Ativo Imobilizado e intangível	(592.924)	(687.366)
Caixa Líquido usado nas Atividades de Investimento	<u>(592.924)</u>	<u>(687.366)</u>
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>(2.934.470)</u>	<u>(11.962.691)</u>
Caixa Equivalente de Caixa no Início do Período	11.947.625	23.910.316
Caixa Equivalente de Caixa no fim do Período	9.013.155	11.947.625
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>(2.934.470)</u>	<u>(11.962.691)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PINDAMONHANGABA

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em Reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Santa Casa de Misericórdia de Pindamonhangaba, fundada em 1863, é uma Entidade Civil sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, com sede e foro em Pindamonhangaba, Estado de São Paulo.

Constituem os objetivos da Entidade:

- a) Prestar assistência médico-hospitalar aos enfermos e acidentados;
- b) Prestar assistência materno-infantil;
- c) Prestar assistência médico-hospitalar gratuitamente a indigentes e necessitados.

A Santa Casa possui certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social concedido pelo Ministério da Saúde e renovado através da Portaria nº 1.433 de 01.09.2017, com validade para o período de 01.01.2018 a 31.12.2020.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e levam em consideração a Norma Brasileira de Contabilidade – ITG 2002 (R1) específica para Entidades sem Finalidades de Lucros e a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade para preparação de suas demonstrações financeiras.

RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade.

b) Apuração das receitas e despesas do exercício

As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios, e são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, Avisos Bancários, Recibos e outros. As despesas da entidade são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos em conformidade com as exigências fisco legais.

c) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas e premissas que incluem a provisão para contingências e provisão para créditos de liquidação duvidosa. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

d) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outros passivos.

e) Ativos circulantes e não circulantes

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido das receitas auferidas até a data do balanço.

Contas a receber

Os valores a receber, são contabilizados pelo regime de competência, deduzidas das perdas efetivadas.

Estoques

São demonstrados ao custo médio de aquisição, que não excedem o custo de reposição ou valor líquido de realização.

Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, com as respectivas depreciações registradas pelo método linear, de acordo com às taxas mencionadas na nota explicativa.

Redução ao valor recuperável

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Entidade não identificou qualquer evidência que justifica a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2018.

f) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

g) Gratuidades e Assistência Social

Estão demonstradas conforme legislação vigente Lei n.º 12.101/09 e alterações e o decreto n.º 8.242/14.

h) Doações

As doações recebidas são reconhecidas como receita quando recebidas. Demais despesas e receitas são apuradas pelo regime de competência

i) Aplicação de recursos

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS - SEM RESTRIÇÃO

	2018	2017
Banco Santander S/A	1.017.224	-
Caixa Econômica Federal	1.687.890	4.125.061
Bancos diversos c/ Renda Pro-Rata	18.462	45.477
Banco do Brasil	151.412	805.902
Banco Bradesco	2.887.989	4.145.400
Total	<u>5.762.977</u>	<u>9.121.840</u>

3.1. APLICAÇÕES FINANCEIRAS - COM RESTRIÇÃO

	2018	2017
Banco do Brasil - Subvenção 3.353 (1)	343.402	-
Banco do Brasil - Subvenção 58.225 (1)	-	2.827
Banco do Brasil - Subvenção 58.119 (1)	-	4.439
Banco do Brasil - Pronto Socorro 3.356 (2)	2.238.621	2.114.188
Banco do Brasil - Subvenção 58.878 (1)	266.467	-
Banco do Brasil - PMP 62710 (1)	94.843	-
Banco do Brasil - Subvenção 58.877(1)	<u>241.484</u>	<u>121.298</u>
Total	<u>3.184.817</u>	<u>2.242.752</u>

(1) Os valores acima são decorrentes de valores de subvenções que serão utilizadas em 2019.

(2) O valor é decorrente da parte variável do convênio nº 88/2014.

4. CONVÊNIOS PÚBLICOS E PRIVADOS A RECEBER

	2018	2017
SUS	1.910.635	1.619.808
Unimed de Pindamonhangaba	86.046	233.555
Fusex	129.662	30.966
Associação Santa Casa São Jose dos Campos	257.564	-
Outros Convênios a receber - Prefeitura Pindamonhangaba	241.720	227.110
Outros	<u>651.998</u>	<u>435.103</u>
Total contas a receber	<u>3.277.625</u>	<u>2.546.542</u>
Provisão estimativa p/ créditos de liquidação duvidosa	<u>(13.367)</u>	<u>(9.755)</u>
Total líquido	<u>3.264.258</u>	<u>2.536.787</u>

4.1 CONVÊNIOS ESTADUAIS A RECEBER

A Administração da Entidade optou em demonstrar contábil ativo não circulante e passivo não circulante os valores firmados de Convênios Estaduais a Receber. Nesse sentido os mesmos serão baixados, mensalmente, das contas de resultado mediante sua realização.

5. ESTOQUES

	2018	2017
Material Consumo em Geral	39.604	35.629
Drogas e medicamentos	357.996	324.885
Material de Higiene Pessoal	22.204	22.104
Material Clínico e Cirúrgico	357.419	321.988
Outros	<u>86.260</u>	<u>85.496</u>
Total líquido	<u>863.483</u>	<u>790.102</u>

6. IMOBILIZADO

Os bens do ativo Imobilizado são demonstrados pelo valor de custo de aquisição ou de construção, acrescidos de reavaliação realizada no ano de 2007.

<u>Descrição</u>	<u>Taxa</u>	<u>Saldo</u>		<u>Baixas</u>	<u>Transf.</u>	<u>Saldo</u>	
	<u>Anual</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>Adições</u>			<u>R\$</u>	<u>31.12.2018</u>
	%	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<u>Custo Corrigido</u>							
Terrenos		4.923.996	-	-	-	-	4.923.996
Edificações	4	11.721.205	-	-	-	-	11.721.205
Instalações	4	583.948	-	-	-	-	583.948
Equip. Hosp. e de Laboratórios	10	5.398.297	194.738	(28.990)	-	-	5.564.045
Móveis e utensílios hospitalares	10	844.460	46.634	-	-	-	891.094
Instr. e Aparelhos hospitalares	10	224.500	61.267	-	-	-	285.767
Veículos	20	38.756	-	-	-	-	38.756
Equipamentos de Informática	33,33	137.891	246.586	(2.406)	-	-	382.071
Outros	10	917.214	43.699	(2.279)	-	-	958.634
Imobilizações em Curso		-	-	-	-	-	-
Total		24.790.267	592.924	(33.675)	-	-	25.349.516
<u>Depreciação</u>							
Edificações		(3.834.325)	(468.848)	-	-	-	(4.303.173)
Instalações		(371.856)	(24.829)	-	-	-	(396.685)
Equip. Hosp. e de Laboratórios		(3.053.583)	(346.943)	28.990	-	-	(3.371.536)
Móveis e utensílios hospitalares		(620.004)	(49.045)	-	-	-	(669.049)
Instr. e Aparelhos hospitalares		(180.061)	(15.907)	-	-	-	(195.968)
Veículos		(26.484)	(7.751)	-	-	-	(34.235)
Equipamentos de Informática		(78.817)	(21.786)	2.406	-	-	(98.197)
Outros		(707.979)	(42.042)	1.937	-	-	(748.084)
Total		(8.873.109)	(977.151)	33.333	-	-	(9.816.927)
Total		15.917.158	(384.227)	(342)	-	-	15.532.589

7. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2018	2017
INSS e FGTS a recolher	159.598	159.209
Provisão de Férias e encargos	1.290.577	1.276.519
Provisão descumprimento de metas	-	521.165
Outros	27.227	32.602
Total	1.477.402	1.989.495

8. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	2018	2017
IRRF a recolher	77.420	65.690
Outros	82.491	68.462
Total	159.911	134.152

9. HONORÁRIOS MÉDICOS A PAGAR

	2018	2017
Honorários médicos a pagar	432.077	421.613
Plantões médicos a pagar	684.625	646.264
Outros	148.146	80.473
Total	<u>1.264.848</u>	<u>1.148.350</u>

10. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS RELACIONADAS A ATIVOS

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade está contabilizando os valores decorrentes de Subvenção e Assistência Governamentais, conforme abaixo:

	2018	2017
Passivo circulante	68.600	68.600
Passivo não circulante	<u>437.871</u>	<u>506.471</u>
Total	<u>506.471</u>	<u>575.071</u>

O valor supracitado corresponde ao Processo nº 0217.00385, celebrado em 21.06.2010, entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde e a Santa Casa de Misericórdia de Pindamonhangaba, sendo transferido a título de subvenção o recurso no total de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para investimento em equipamento de cardiologia e ecografia, visando a execução de atividades concernentes ao Sistema Único de saúde SUS.

Em 2016 foi firmado o convênio 509/16 de 06 de outubro de 2016 para aquisição de equipamentos no valor de R\$ 600.852.

11. SUBVENÇÕES ESPECÍFICAS

Durante os exercícios de 2018 e de 2017 foram contabilizados em receita valores decorrentes subvenções de órgãos públicos, conforme demonstrativo abaixo:

	2018	2017
Auxílio e subvenção estadual	4.407.122	1.362.772
Auxílio e subvenção estadual – Pró-Santa Casa II	630.000	1.350.482
Subvenção governamental para investimento	<u>68.600</u>	<u>50.929</u>
Total contabilizado como receita	<u>5.105.722</u>	<u>2.764.183</u>

12. APLICAÇÃO DE SUBVENÇÕES E CONVENIOS ESPECÍFICOS

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade está demonstrando os valores recebidos e aplicados de subvenções e convênios específicos.

EXERCÍCIO DE 2018

Modalidade e Órgão	Projeto	Responsabilidades Decorrentes	Valores Recebidos R\$	Valores Aplicados em Despesas R\$	Saldo de Ativo com Restrição R\$	Saldo de Passivo com Restrição R\$
Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo	Pró Santa Casa II	Custeio material de consumo e serviço de terceiros.	1.945.125	1.813.213	266.810	266.810
Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo	Convênio Estadual 1.361/2014	Custeio material de consumo e serviço de terceiros.	-	-	-	-
Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo	Investimento	Reconhecimento de despesa da aquisição em equipamento de cardiologia e ecografia	10.000	10.000	-	-
Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo	Convênio 349/16 Pró Santa Casa II	Material de consumo e serviços terceiros	-	4.900	-	-
Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo	Convênio 356/16 Santa Casa Sustentável	Material de consumo e serviços terceiros	-	6.928	-	-
Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo	Convênio 509/16	Aquisição de equipamentos	58.600	58.600	-	-
Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo	Convênio 001/18	Custeio Mat. De Cons. Serviços de Terceiros	2.733.857	2.480.357	266.688	266.688
Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo	Convênio 850/18	Custeio Serviços de Terceiros	100.000	101.724	-	-
Total			4.847.582	4.475.722	533.498	533.498

EXERCÍCIO DE 2017

Modalidade e Órgão	Projeto	Responsabilidades Decorrentes	Valores Recebidos R\$	Valores Aplicados em Despesas R\$	Saldo de Ativo com Restrição R\$	Saldo de Passivo com Restrição R\$
Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo	Pró Santa Casa II 028/17	Custeio material de consumo e serviço de terceiros.	299.250	178.654	121.524	121.435
Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo	Investimento	Reconhecimento de despesa da aquisição em equipamento de cardiologia e ecografia	10.000	10.000	-	-
Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo	Convênio 349/16 Pró Santa Casa II	Material de consumo e serviços terceiros	299.250	382.535	3.016	3.016
Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo	Convênio 356/16 Santa Casa Sustentável	Material de consumo e serviços terceiros	455.643	801.583	5.237	5.237
Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo	Convênio 509/16	Aquisição de equipamentos	40.929	40.929	-	-
Total			1.105.072	1.413.701	129.777	129.688

13. CONTINGÊNCIAS A PAGAR

A entidade responde por processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível, perante diferentes tribunais. A Administração da entidade, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para contingências em 31 de dezembro de 2018 no valor de R\$ 571.605. (Em 31 de dezembro de 2017 - R\$ 338.570), contabilizados no curto e longo prazo, para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

A consultoria jurídica responsável pelos processos administrativos junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo menciona possibilidade de “perda possível” para os processos sobre sua responsabilidade, no entanto orienta constituição de provisão no montante de R\$ 20.266.995. Os referidos processos estão em fase Administrativa e a Administração da Entidade optou em não constituir provisão.

A consultoria jurídica responsável pelos processos trabalhistas e cíveis apresentou relação de processos sobre sua responsabilidade, no entanto não classifica os mesmos por possibilidade de perda “provável, possível e remota”. Nesse sentido impossibilita a Administração avaliar a necessidade de constituição de provisão de contingências e os possíveis efeitos nas Demonstrações financeiras.

14. SUBVENÇÕES E CONVÊNIOS A REALIZAR

Os valores registrados no passivo no montante de R\$ 533.498 foram utilizados em 2018. (Em 2017 – R\$ 129.689).

15. ISENÇÃO PREVIDENCIÁRIA USUFRUÍDA

Em atendimento a legislação vigente os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas durante os exercícios de 2018 e de 2017, correspondem aos montantes de R\$ 4.107.033 e de R\$ 5.254.284, respectivamente.

16. RENÚNCIA FISCAL

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade tem os tributos mencionados abaixo com base de sua renúncia fiscal: INSS Quota Patronal, PIS sobre receitas, COFINS sobre receitas, ISS sobre receitas, IPTU, IRPJ, CSLL, IRRF s/ aplicações financeiras.

17. TRABALHO VOLUNTÁRIO

Durante os exercícios de 2018 e de 2017 à Entidade apurou e contabilizou em contas de “receitas e despesas”, um custo de R\$ 91.817 e de R\$ 91.704, respectivamente decorrente de serviços voluntários utilizando o critério de reconhecimento do valor justo pela prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

18. ATENDIMENTOS AO SUS

Em atendimento a legislação vigente Lei n.º 12.101/09 e alterações e o decreto n.º 8.242/14 a Entidade para o exercício de 2018 apurou percentuais de 95% de atendimento SUS – internação e de 75% de atendimento SUS - ambulatório, conforme demonstrativos abaixo:

Exercício de 2018

Internação

Competência	SUS	Não SUS	% SUS
	Quantidade	Quantidade	Internação
Janeiro	681	25	96
Fevereiro	658	38	95
Março	765	45	94
Abril	708	44	94
Maio	815	32	96
Junho	804	36	96
Julho	822	53	94
Agosto	788	52	94
Setembro	778	41	95
Outubro	745	44	94
Novembro	774	45	95
Dezembro	729	61	92
Total Geral	9.067	516	95%

Ambulatório

Competência	SUS	Não SUS	% SUS
	Quantidade	Quantidade	Ambulatório
Janeiro	2.249	1.410	61
Fevereiro	2.261	1.515	60
Março	2.652	1.803	60
Abril	5.698	2.378	71
Maio	7.499	2.084	78
Junho	7.742	2.282	77
Julho	7.885	1.946	80
Agosto	7.792	2.170	78
Setembro	7.313	2.384	75
Outubro	7.667	2.345	77
Novembro	7.644	2.247	77
Dezembro	7.019	2.243	76
Total Geral	73.421	24.807	75%

Exercício de 2017

Internação

<u>Competência</u>	<u>SUS</u> <u>Quantidade</u>	<u>Não SUS</u> <u>Quantidade</u>	<u>% SUS</u> <u>Internação</u>
Janeiro	634	72	90
Fevereiro	664	83	89
Março	788	72	92
Abril	749	74	91
Maiο	742	77	91
Junho	618	65	90
Julho	653	46	93
Agosto	705	50	93
Setembro	678	46	94
Outubro	631	26	96
Novembro	695	32	96
Dezembro	709	34	95
Total Geral	8.266	677	92

Ambulatório

<u>Competência</u>	<u>SUS</u> <u>Quantidade</u>	<u>Não SUS</u> <u>Quantidade</u>	<u>% SUS</u> <u>Ambulatório</u>
Janeiro	53.823	841	98
Fevereiro	50.406	1.127	98
Março	62.915	1.470	98
Abril	57.763	1.274	98
Maiο	13.795	1.444	91
Junho	4.086	1.230	77
Julho	4.150	803	84
Agosto	4.130	1.183	78
Setembro	4.032	1.333	75
Outubro	3.855	1.543	71
Novembro	3.729	1.599	70
Dezembro	3.231	2.099	61
Total Geral	265.915	15.946	94

19. COBERTURA DE SEGUROS

Os seguros mantidos pela entidade são demonstrados abaixo:

	2018	2017
Danos Materiais – veículos	100.000	100.000
Danos Corporais – veículos	100.000	100.000
Total	<u>200.000</u>	<u>200.000</u>
Riscos Diversos		
Incêndio, raio, explosão, fumaça e queda de aeronave	23.000.000	23.000.000
Danos elétricos	500.000	500.000
Quebra de vidros, anúncios luminosos	70.000	70.000
Roubo, furto qualificado de bens	150.000	150.000
Vendaval, Ciclone e Tornado	500.000	500.000
Reposição de documentos	30.000	30.000
Sub- Total	<u>24.250.000</u>	<u>24.250.000</u>
Total de coberturas	<u>24.450.000</u>	<u>24.450.000</u>

Decio Prates da Fonseca
Provedor

Paulo Alfredo Lucci
Diretor Financeiro

Luciano Rodrigues Nascimento
Diretor Administrativo

Solange Cristina da Costa
Contador
CRC-1SP311729/O-7